

Folha 43

ATA NÚMERO SEIS DO MANDATO 2013/2017

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e catorze, às vinte e uma horas, e quinze minutos, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, na sede desta União de Freguesias, presidida pelo seu Presidente, senhor Júlio Augusto Bilhota Salvador Xavier, na presença de todos os seus membros com a exceção de Ana Sofia Francisco Manso e de Artur Antunes Alves Ferreira, que não justificaram a sua falta, e de Inês Filipa Silva Costa Moreira, que compareceu depois de iniciada a sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **Discussão e aprovação da ata da assembleia anterior;** -----
2. **Informações;** -----
3. **Pedido de terreno para jardim OASIS;** -----
4. **Apreciação e discussão do Projeto de Regulamento de Atribuição de Auxílios;** -----
5. **Informação sobre a atividade e situação financeira da Freguesia, do trimestre junho, julho e agosto.** -----

Dando início à sessão, o Sr. Presidente da Assembleia convidou os restantes membros a apresentarem as questões que quisessem ver esclarecidas, no período antes da Ordem do Dia. -----

O Sr. Carlos Guerra apresentou uma moção apensa a esta ata e da qual fará parte integrante. Colocada a votação, a moção obteve uma abstenção, do Sr. Nuno Martinho, um voto contra, do Sr. Bilhota Xavier e catorze votos a favor dos restantes membros. -----

O Sr. Presidente José Cunha, respondendo a algumas questões colocadas, fez uma exposição, sucinta nomeadamente: -----

Idela de integrar no jornal das Cortes, os boletins que existiam nas restantes Freguesias; -----

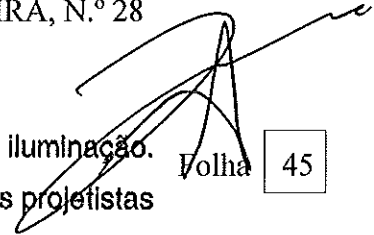
Colocação de expositores para afixação de Informação, a distribuir pela Freguesia; Em relação ao viaduto do IC36, disse ter alertado, em Assembleia Municipal, sobre a questão das obras interrompidas. A Câmara Municipal e a construtora estão à espera do projeto de segurança, a ser feito pela Estradas de Portugal ou pela Brisa, que contemplará a iluminação e as grades em falta, bem como o problema do esgoto pluvial que foi cortado e que não tem escoamento.

Fica registada a chamada de atenção quanto à falta de visibilidade, provocada pelas floreiras que foram ali colocadas obedecendo a um projeto, como solução para disfarçar os tubos de abastecimento de água que ali passam; -----
Pinheiro na Cruz da Arela, disse que, na realidade representa mais prejuízo para a via pública do que propriamente perigo para os transeuntes; -----
Delegação de competências, esclareceu que, ao nível das vias, com exceção do pagamento da dívida referente às Cortes, o investimento foi quase nulo. Nos Pousos, foi feito um leque de obras e foi deixada uma lista de obras das quais algumas serão executadas, para o que, teve de ser aberto concurso na plataforma eletrónica; -----
Deficiências das ruas dos Andrinos, referiu já ter enviado uma equipa para as tentar minimizar a situação; -----
Outras há, acrescentou, que terão de ser estudadas com a Câmara Municipal, devido a problemas de ordem técnica e ao elevado orçamento. As passadelras, assim como a reparação das vias e a limpeza das bermas na estrada nacional são da competência da Estradas de Portugal, a quem irá ser pedida intervenção; --
Ocupação dos pavilhões pela Cruz Vermelha, informou que esta entidade apenas ocupa um pavilhão; -----
Subsídios das coletividades, o Sr. Presidente informou que os subsídios anuais ainda não foram atribuídos, e que têm sido dados apenas apoios específicos relativos a iniciativas desenvolvidas; -----
Orçamento a apresentar na próxima Assembleia, disse compreender a dificuldade de perceção do documento contabilístico, pelo que aceitou a sugestão de encontrar uma forma de o tornar mais claro e compreensível para todos. -----
De seguida passou-se à Ordem de Trabalhos: -----

1. Discussão e aprovação da ata da Assembleia anterior, previamente enviada a todos os membros. Posta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

2. Informações: -----

a. O Sr. Presidente do Executivo, relativamente ao auditório, esclareceu que, pelo facto de ser um projeto antigo, teve de passar, ao longo dos anos, por várias alterações. Recentemente lançado a concurso público, foi através dos esclarecimentos pedidos que se concluiu que o projeto da obra, não estava completo, uma vez que faltavam, nomeadamente, o pavimento e



Volha

45

isolamento da sala de espetáculos, os projetos de acústica e iluminação. Foram feitas diligências para colmatar estas lacunas através dos projetistas e pedida a colaboração da Câmara Municipal no acompanhamento deste processo para que, a partir de agora não se verifiquem mais deslizes, quer no tempo, quer no orçamento. Informou ainda que o procedimento em curso se manterá e só será desativado aquando do próximo lançamento na plataforma eletrónica, para que não se verifiquem possíveis penalizações dos atuais concorrentes. -----

b. A Sra. Inês Vicente interveio para referir, que a partir do momento em que é pedido um projeto de execução, o projetista é obrigado a elaborar todos os projetos e documentos inerentes. -----

c. Tomando a palavra, o Sr. Fernando Antunes esclareceu que, através da colaboração de pessoas mais familiarizadas com edifícios do género, verificou que o projeto inicial não era adequado, procedendo à sua reformulação e exigindo sempre aos projetistas responsáveis, que fossem elaborados todos os projetos necessários para que, no fim de construído, o auditório tivesse todas as condições para um bom funcionamento. Mostrou a sua surpresa pela presente situação, já que na altura, pediu a colaboração da Câmara Municipal, cujos técnicos afirmaram estar tudo em ordem. -----

d. O Sr. Nuno Martinho, que a convite do Executivo, esteve presente na reunião com técnicos da Câmara Municipal, reforçou as declarações, quer do Sr. José Cunha, quer do Sr. Fernando Antunes, referindo que, daquela reunião transpareceu que o historial do projeto em discussão levou a que tenham sido feitos acordos, ocorridos em várias reuniões no passado, não existindo um caderno de encargos claro, em que é pedido ao projetista tudo o que é necessário para a conclusão da obra. -----

e. O Sr. Presidente Bilhota Xavier disse haver alguma responsabilidade na condução deste processo que envolve uma quantia avultada e, perante o diagnóstico feito, pediu ao Executivo que na próxima assembleia apresente um plano estratégico de solução para o problema, bem como a verba que está calculada para a manutenção do anfiteatro. -----

f. Relativamente ao Plano Diretor Municipal, o Sr. José Cunha informou terem sido prestados esclarecimentos aos cidadãos que deles

necessitaram, face à situação específica dos terrenos de cada um e o que
o está previsto no PDM. -----

Folha 46

3. **Pedido de terreno para jardim OASIS.** O Sr. Presidente Bilhota Xavier referiu a receção de uma carta da OASIS a pedir a cedência de dois mil metros quadrados de terreno para o jardim ao lado das suas instalações. Passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, este explicou que a extinta Freguesia de Pousos cedeu de uma parcela do terreno, a área de dois mil metros quadrados para construção de um jardim à OASIS, organização de solidariedade, situada no Vale Sepal, em Pousos. Dessa parcela de terreno também foi cedida outra parte à Associação Recreativa Andrinense para construção de um polidesportivo e outra parte para construção de uma capela. Quanto à pretensão da OASIS, o executivo entende não poder ser satisfeita, porque iria prejudicar as outras instituições com a qual a autarquia já se comprometeu. Pelo exposto foi deliberado informar a OASIS que o terreno pretendido já está cedido a outras instituições. -----

4. **Apreciação e discussão do Projeto de Regulamento de Atribuição de Auxílios.** O Sr. Presidente José Cunha fez uma breve Introdução ao assunto, após o que, passou a palavra à Sr^a. D. Filomena Baptista, que passou a explicar que este projeto, de acordo com a intenção do Executivo, deve contemplar todos os auxílios a conceder, financeiros ou outros, abrangendo o desporto, a cultura, a ação social, a educação, a saúde, entre todos os outros que possam ser concedidos ao longo do mandato. De momento, o documento está muito mais virado para a vertente desportiva, devido ao apoio prestado na sua elaboração por uma pessoa experiente, que conhece e domina muito bem esta área. As restantes áreas estão aqui referidas de uma forma muito genérica e superficial e a intenção do Executivo ao trazer este documento apenas para apreciação e discussão, val no sentido de recolher contributos, quer dos membros desta assembleia de freguesia, que estão integrados nas diversas vertentes, quer das próprias associações e que podem colaborar na complementação e aperfeiçoamento do regulamento, tornando-o perceptível e exequível para que não existam grandes dúvidas na avaliação, de forma justa, das candidaturas que surgirem. Foi por estes motivos que o

documento ainda não foi a discussão pública, por haver a consciência de que, efetivamente existem áreas que não iriam ser beneficiadas e até, ser prejudicadas, com o documento na forma como atualmente se encontra. --- O Sr. Sérgio Ferreira tomou a palavra para focar alguns aspetos que entendeu relevantes, nomeadamente quanto à forma como o Executivo está a pensar definir o orçamento, se este será baseado nas candidaturas apresentadas ou se é definido um valor que depois, será repartido proporcionalmente. Mais sugeriu que se deve aferir se os apoios atribuídos, no âmbito deste regulamento, são cumulativos com outros atribuídos por outras entidades. Considerando que há coletividades e associações que desenvolvem uma única atividade durante o ano, enquanto outras desenvolvem várias, bastante relevantes, entende ser importante definir, o número limite de atividades ou projetos a apoiar por ano, a cada candidatura. Que se deve esclarecer no regulamento se o financiamento corresponde à totalidade do orçamento de uma atividade ou se apenas a uma percentagem e qual o limite do apoio; e se o pagamento do apoio é feito no ato da aprovação da candidatura ou se é faseado. Sugeriu a elaboração de formulários em substituição dos ofícios, quer para solicitar o apoio, quer para o relatório final, já com os parâmetros todos que se pretende ver respondidos para análise da própria candidatura juntamente com a documentação que a suporta. Quanto à comissão de análise entende que, se o regulamento estiver elaborado com a maior objetividade possível, aquela não será necessária, tendo o executivo toda a legitimidade para analisar as candidaturas e deliberar sobre cada uma delas. Para finalizar, referiu que este documento está muito complexo na parte desportiva, em que deve ser simplificado. No que respeita às restantes áreas devem ser definidos um conjunto de critérios e parâmetros para analisar e valorizar cada candidatura. -----

A Sr.ª D. Inês Moreira referiu que no presente regulamento, não viu contemplada a área da saúde e respetivos apoios. Que podem ser realizadas atividades de promoção do bem-estar, gestão da doença, nomeadamente alguns rastreios, que considera importantes, eventualmente até desenvolvidas pelas associações vocacionadas para

esta vertente. Acrescentou ter sugestões a apresentar, que poderá enviar ao executivo, por correlo eletrónico. -----

A Sr.ª D. Cátia Biscala manifestou a sua preocupação relativamente à forma como as associações vão ser apoiadas no próximo ano, considerando a data limite de apresentação das candidaturas, a trinta e um de outubro e o presente documento não estar pronto sequer, para ser colocado à discussão pública. -----

O Sr. Presidente Bilhota Xavier referiu que o documento é uma boa base de trabalho, embora muito extenso, e que concorda com as sugestões apresentadas. Disse considerar que ficou muito vincada a parte desportiva, em detrimento de muitas outras atividades existentes nesta União de Freguesias e que é importante atribuir os apoios a quem deles necessite. No entanto, mencionou que a sua preocupação se centra na transparência relativa à atribuição dos apoios. Será também indispensável haver um cruzamento com o Plano de Ação do Executivo, para que as candidaturas a aprovar estejam de acordo com o mesmo. Para finalizar marcou um prazo limite até treze de outubro para quem queira apresentar sugestões, a enviar à Sr.ª D. Filomena Baptista. -----

O Sr. Nuno Martinho apresentou uma sugestão global que, não tendo a ver com o regulamento propriamente dito, pode ser englobada neste processo de candidaturas, em que, face à envergadura, do ponto de vista financeiro e envolvimento de recursos e de serviços da Junta de Freguesia, já se justifica a aposta numa plataforma de gestão documental, que facilitaria a organização administrativa da Junta de Freguesia e através da qual as candidaturas poderlam ser feitas online, com os mesmos campos e os mesmos critérios para todos, deixando evidente a questão da transparência, dado que permite o acesso a todas as candidaturas. -----

O Sr. Bilhota Xavier, concordando com esta sugestão, a que já fizera referência na sessão anterior, deu por encerrado este assunto. -----

5. Informação sobre a atividade e situação financeira da Freguesia, do trimestre junho, julho e agosto. O Sr. José Cunha explicou que o relatório enviado foi elaborado de uma forma genérica. O tipo de apoio na ação social e saúde previsto para as famílias e crianças desta União de Freguesias, face às lacunas verificadas nos quatro agrupamentos

escolares que se encontram na área de intervenção desta autarquia, ao nível da psicologia, o Executivo tem vindo a desenvolver, em parceria com um gabinete de psicologia, um projeto de apoio às crianças, a começar pelo ensino pré-escolar e básico. Este projeto poderá ser alargado a outras áreas, pretendendo identificar a origem do problema aparente, através da devida análise. A equipa de técnicos fará atendimento nas quatro secretarias da União de Freguesias dos casos sinalizados pelos respetivos agrupamentos, professores e educadores, envolvendo no processo, os respetivos pais ou encarregados de educação. -----

O Sr. Presidente da Assembleia, quanto ao relatório, referiu que preferia um documento mais sintético e mais objetivo. Em relação à questão das crianças e respetivo apoio psicológico, informou que o serviço de pediatria do Centro Hospitalar de Leiria tem protocolos de colaboração e parcerias com as Escolas. As crianças identificadas são sinalizadas diretamente para o serviço de pediatria onde é feita a sua avaliação e respetiva orientação. O que falta fundamentalmente é o apoio aos pais em situação de carência a vários níveis, que se reflete nas crianças, comprometendo o sucesso escolar. Acrescentou que a equipa de psicólogos pode ser útil se atuar em complementaridade e tiver capacidade para um apoio continuado. -----

A Sr.ª D. Inês Moreira disse que, muito embora a infância seja de extrema importância, a intervenção social também deve ser adaptada à terceira idade, uma vez que, efetivamente, a nossa União de Freguesias tem muitos idosos completamente isolados e que precisam de apoio social. ----

Relativamente ao relatório, o Sr. Nuno Martinho apresentou uma observação geral, que tem a ver com a presente discussão e com algumas atividades mencionadas no documento. Em sua opinião e como ponto de princípio a não perder, a Junta de Freguesia não deve tentar substituir-se a qualquer instituição de apoio, porque há o risco de duplicação da intervenção e das próprias instituições se demitirem das suas obrigações. Que esta Junta de Freguesia deve apoiar as pessoas, mas através das instituições que cumprem esses serviços. Pode eventualmente, por pragmatismo, não por princípio, apoiar e pagar a um psicólogo para estar num agrupamento escolar, mas, fazendo notar ao Ministério da Educação que aquele serviço é da obrigação do Ministério, o mesmo acontecendo

nos caso dos idosos, a quem o apoio a prestar, é em primeira mão um papel que pertence à Segurança Social. Mais objetivamente, no que concerne aos números, pelo resultado positivo do trimestre, revelado no relatório, pergunta, no balanço global anual, qual é em média, a despesa e receita desta Freguesia e qual é o resultado espectável ao fim do ano, se de facto o saldo vai ser positivo ou negativo. -----

Em resposta o Sr. Presidente José Cunha lembrou que existe a verba cativa para o audltório e informou haver projetos e despesas a decorrer, mas que o Executivo está a trabalhar esforçadamente para, no final do ano, ter um saldo positivo. Quanto às obras realizadas no edifício onde funciona a secretaria nos Pousos, a Câmara Municipal não pagou e não se sabe se vai pagar. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia encerrada a sessão, às zero horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Susana Agostinho, que a secretarei. -----

O Presidente

João Augusto Belloza Salvador Xavier

A Secretária

Susana Agostinho



MOÇÃO

De acordo com a informação fornecida aos membros da Assembleia Municipal de Leiria para a sua última sessão, as receitas arrecadadas com o Imposto Municipal sobre Imóveis têm vindo sempre a crescer de forma acentuada. Até 31 de Agosto do corrente ano já tinha sido arrecadada mais 17 por cento do que em igual período de 2013 e quando comparado com o período homólogo de 2011 o crescimento foi de 67%.

Para uma maioria que se propunha reduzir o IMI, é obra.

Trata-se de valores que, no quadro da profunda crise económica e social em que os vários governos e a União Europeia lançaram Portugal, com a enorme degradação do nível de vida dos trabalhadores, dos reformados, dos micro e pequenos empresários e do povo em geral e com desemprego massivo, e que em Agosto se agravou de novo, deviam, pelo menos, chocar as nossas consciências.

Mas não parece ter chocado as consciências de quem tem o destino da gestão municipal nas mãos. A maioria no Município não só não sente a sua consciência sobressaltada como, muito menos ainda, parou para refletir e arrepiar caminho.

O PS ainda ensaiou um recuo na Assembleia Municipal, mas a chantagem do Presidente da Câmara, rapidamente fez alterar o sentido de voto.

Se o IMI pode surgir no curto prazo como uma boia salvadora para as finanças dos municípios, em contrapartida empobrece mais as famílias e as micro, pequenas e médias empresas, enquanto as grandes empresas e os grupos financeiros fogem ao pagamento deste imposto através dos fundos imobiliários, pondo em risco as finanças municipais a longo prazo porque a evolução deste imposto não é socialmente sustentável num quadro de forte empobrecimento.

O PCP entende que o Município tem de encontrar outras formas de obtenção de receitas e gestão das despesas que não passam obrigatoriamente por onerar cada vez mais as populações e as Micro, Pequenas e Médias Empresas. É que ao IMI há que acrescentar outros impostos, as tarifas de saneamento e de resíduos sólidos.



Face ao exposto e considerando:

- Que o valor patrimonial dos imóveis se encontra sobrevalorizado, face às leis do mercado;
- Que a cláusula de salvaguarda deixa de existir;
- Que os cidadãos e as MPME se encontram sobrecarregados com enormes encargos que vão provocando a insolvência das empresas e das famílias;
- Que a Câmara, podendo manter ou diminuir a taxa de IMI, optou pelo seu aumento.

A Assembleia das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, reunida em sessão ordinária em 25 de Setembro de 2014, decide:

1. manifestar o seu desagrado pela insensibilidade demonstrada pela Câmara Municipal e o seu presidente que impuseram um substancial agravamento do IMI no concelho de Leiria, o que vai, directa ou indirectamente, afetar toda a população;
2. apelar a que no próximo ano esta posição seja revista e a taxa do IMI seja desagravada;
3. Dar conhecimento desta decisão aos membros do executivo e aos responsáveis dos diversos grupos municipais da AM.

Carlos Guerra
PCP